

SINFAR-SP

EM REVISTA

Novembro de 2016
Edição 19 | Ano 50

Publicação do **SINFAR-SP**
Sindicato dos Farmacêuticos
no Estado de São Paulo

Publicação Trimestral



SEUS DIREITOS ESTÃO EM RISCO!

O QUE ESTÁ EM JOGO COM AS REFORMAS
PROPOSTAS PELO GOVERNO TEMER?

FARMACÊUTICO EM DESTAQUE

JORGE BARBEDO DE ALMEIDA TRAZ LIÇÃO DE CIDADANIA E AMOR À PROFISSÃO

FRENTE A FRENTE COM O SINFAR-SP

FRENTE EM DEFESA DO SUS REÚNE MOVIMENTOS SOCIAIS, SINDICAIS E POPULAÇÃO PELA SAÚDE PÚBLICA

CAMPANHA SALARIAL

CONFIRA UM RESUMO DAS AÇÕES DE 2016

POR DENTRO DA LEI

QUAIS SÃO OS DIREITOS DA MÃE FARMACÊUTICA?

SIGA O SINFAR-SP
nas principais redes sociais:



/sinfarsp



@Sinfarsp



@sinfarsp



Frente a Frente
com o Sinfar-SP **04**

Perfil **11**

SINFAR-SP

EM REVISTA

Estamos
de Olho
Reforma
Trabalhista **06**
e da Previdência

Campanha
Salarial 2016 **12**

Farmacêutico
de destaque **14**



Pergunte
ao Sinfar-SP **15**

Eleições
no Sinfar-SP **16**

Sinfar-SP
em ação **18**

EXPEDIENTE

**Redação / Diagramação /
Projeto Visual**
Time Comunicação

Jornalista Responsável
Raquel Reis – MTB 0079802 – SP

Estagiários de Jornalismo
Victor Braggion
Victória Bernardes

Designer e Criação Visual
Everton Diego Tavares Cezar

TIRAGEM
10000 exemplares

Sindicato dos Farmacêuticos do Estado de São Paulo – SINFAR-SP

Glicério Diniz Maia - **Presidente**
Paulo Pais dos Santos – **Vice Presidente**
Marcio Antonio da Fonseca e Silva - **Secretário geral**
Rogério Gomes da Silveira – **Tesoureiro**
Gilda Almeida De Souza – **1ª Tesoureira**
Priscila Vautier - **Diretora de imprensa e divulgação**
Deodato Rodrigues Alves - **Diretor de assuntos jurídicos**
Mariam Salim Mohamad - **Diretora assistencial**
Fabio Cristiano Garcia - **Diretor de formação sindical**
Paulo José Teixeira - **Diretor de saúde do trabalhador**
Tatiane Gomes Candido - **Diretora de questões da mulher farmacêutica**
Ana Claudia Silva Navarro - **Diretora de assuntos institucionais e organização do interior**

Conselho Editorial

Glicério Diniz Maia
Paulo Pais dos Santos
Deodato Rodrigues Alves
Priscila Vautier
Fabio Angelini



Conheça o organograma
completo no site do Sindicato:
www.sinfar.org.br

Colega farmacêutico,

Nesta edição do Sinfar-SP em Revista, abordamos temas que ganharam os holofotes nos últimos meses e continuam promovendo um debate acalorado na sociedade: as reformas trabalhista e previdenciária e a defesa da saúde pública brasileira. Trata-se de um momento difícil para os trabalhadores, que em meio à crise veem os interesses dos patrões sendo atendidos pelos poderes legislativo e judiciário, enquanto os direitos das categorias e o acesso à saúde são cortados, na justificativa de que é necessário reduzir os gastos para que o país volte a crescer.

Na seção *"Frente a Frente com o Sinfar-SP"*, você confere uma entrevista com José Erivalder Guimarães e Frederico Soares de Lima, da Frente em Defesa do SUS. Eles explicam um pouco sobre o movimento, que surgiu em agosto deste ano, e suas táticas de mobilização, que visam conscientizar a população sobre o desmantelamento do SUS e os prejuízos dessas ações. Nossa matéria principal aborda as reformas trabalhista e previdenciária, com especialistas consagrados, como o professor Eduardo Fagnani, do Instituto de Economia da UNICAMP, que explica um pouco sobre o mito da previdência.

Entre outros temas retratados nesta edição, você pode entender um pouco mais sobre os direitos da mãe farmacêutica, na seção *"Por Dentro da Lei"*, e sobre a contribuição assistencial, em *"Pergunte ao Sinfar-SP"*. Além disso, preparamos matérias especiais com tudo o que você precisa saber sobre a Campanha Salarial 2016 e o processo eleitoral no sindicato, que ocorreu em outubro deste ano e reelegeu a atual diretoria para mais um triênio de muito trabalho e luta pelos farmacêuticos de São Paulo.

Para finalizar, em *"Perfil"* e *"Farmacêutico de Destaque"*, trouxemos um pouco das histórias de Jorge Barbedo de Almeida, diretor regional de Piracicaba e Hugo Paino de Oliveira, farmacêutico e acupunturista. Ambos atuam nos balcões, para promover o bem-estar e a qualidade de vida das pessoas. Esperamos que você aprecie esta edição e junte-se a nós nessa luta pela saúde, pela justiça e pela manutenção e ampliação dos direitos dos farmacêuticos.

Boa leitura,

Glicério Diniz Maia
Presidente do Sinfar-SP



FRENTE EM DEFESA DO E A POPULAÇÃO

PEC 55, plano de saúde a



Composta por cerca de 20 movimentos que lutam por melhores condições de saúde pública, a Frente em Defesa do SUS foi criada em 19 de agosto de 2016 para lutar contra o desmantelamento do Sistema Único de Saúde (SUS), que está na iminência de ocorrer com o apoio aos projetos políticos do atual governo Temer. O Sinfar-SP teve participação ativa na origem da Frente em Defesa do SUS junto ao Sindicato dos Médicos de São Paulo (SIMESP) e ao Sindicato dos Servidores Públicos Municipais (SINDSEP). *"O Sinfar-SP participa, principalmente, da parte de divulgação das ações da Frente e também na articulação com as demais entidades do movimento sindical e social"*, explica Deodato Rodrigues Alves, diretor de Assuntos Jurídicos do Sinfar-SP e representante do sindicato na Frente em Defesa do SUS.

O grupo atua em ações de panfletagem e debates para articular a adesão da população e pressionar o poder público contra as medidas que visam limitar os recursos do SUS, como a PEC 55 (antiga PEC 241), promovendo o aumento de filas de espera no atendimento à população, bem como diminuindo a contratação de profissionais da saúde e o repasse de verbas para os diversos tratamentos oferecidos pela rede pública. *"Isso aumenta ainda mais o gargalo do acesso ao SUS pelas famílias brasileiras"*, afirma José Erivalder Guimarães, coordenador da Frente em Defesa do SUS e diretor do Sindicato dos Médicos de São Paulo (SIMESP). Para Deodato, as ações iniciais já apresentam resultados positivos. *"As panfletagens que fizemos durante a Campanha de Vacinação e também*

SUS REÚNE MOVIMENTOS SOCIAIS, SINDICAIS EM APOIO À SAÚDE PÚBLICA

cessível e demais ações contra o SUS são os principais alvos do grupo

QUEM COMPÕE A FRENTE EM DEFESA DO SUS

São, atualmente, 21 associações, movimentos e sindicatos que compõe a Frente:

Associação Paulista dos Cirurgiões Dentistas
Associação Paulista de Saúde Pública (APSP)
Arquidiocese de São Paulo – Pastoral da Saúde
Central Única dos Trabalhadores /SP
Comitê de Defesa do SUS
Federação Paulistana das Associações Comunitárias
Fórum de Saúde do Campo Limpo
Grito Continental dos Excluídos
Intersindical
Jubileu Sul Brasil
Núcleo de Apoio Saúde da Família (Galvão/Pirituba/Freguesia do Ó)
Pastoral da Saúde Regional Sul /1
Projeto Direitos Sociais e Saúde
Setorial Saúde do PT
Sindicato dos Enfermeiros de São Paulo
Sindicato dos Farmacêuticos de São Paulo
Sindicato dos Psicólogos de São Paulo
Sindicato dos Médicos de São Paulo (Simesp)
Sindicato dos Servidores Públicos Municipais (Sindsep)
União dos Movimentos Populares da Saúde
União dos Movimentos Populares da Saúde/ Cidade Ademar

em outros eventos têm surtido efeito e ganhado o apoio da população”, ressalta Alves.

Além das manifestações públicas e ações de panfletagem, os grupos que compõem a Frente em Defesa do SUS se organizam para pressionar o governo Federal não apenas em São Paulo, mas também em Brasília, a partir das centrais sindicais e organizações sociais. *“A grande pauta da Frente, nesse momento, é contra a PEC 241, a PEC 451 e a proposta do Ministério da Saúde do plano de saúde acessível. Ao invés disso, propomos buscar alternativas que garantam o crescimento econômico fundamental pela ampliação dos investimentos públicos às políticas de bem-estar social”, explica Erivalder. “Como a Frente é distribuída em conjuntos, fazemos reuniões periódicas para definirmos as etapas seguintes”, esclarece Frederico Soares de Lima, coordenador da União dos Movimentos Populares de Saúde de São Paulo (UMPS) e integrante da Frente em Defesa do SUS. Para ele, a aproximação com a população tende a ser mais frequente nas próximas ações. “A cada dia sentimos mais o agravamento dessa crise e o próximo passo é ganhar as ruas, ocupar as praças e invadir a cidade”, reitera Fred Lima.*

A ideia de que a principal conquista, até agora, é

“A maior conquista é o existir da Frente, a partir daí, a gente tem mais condições de cumprir aquilo que todo brasileiro reclama e agir contra esse golpe”, afirma Fred Lima.

AS PRINCIPAIS AMEAÇAS AO SUS HOJE

Com as propostas da atual base governista, amplia-se o apoio aos interesses das empresas administradoras dos planos de saúde, a fim de sucatear o SUS e angariar mais lucros com a população brasileira.

PEC 55 (antiga PEC 241): proposta pelo governo Temer, visa limitar os gastos públicos com saúde, educação, assistência social e previdência nos próximos 20 anos;

Plano de Saúde Acessível: diminuição das exigências mínimas de cobertura impostas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) às administradoras para oferecer planos mais baratos à população. A proposta abre precedentes perigosos, uma vez que, com a criação da ANS, na década de 90, as empresas foram obrigadas a oferecer um rol de atendimentos mínimos para, então, receberem autorização para operarem comercialmente;

PEC 451: de autoria do ex-deputado Eduardo Cunha, prevê a alteração do artigo 7º da Constituição Federal, inserindo o inciso XXXV, que obriga todos os empregadores brasileiros a garantirem serviços de saúde aos seus empregados, com exceção dos trabalhadores domésticos. A proposta gera uma contradição jurídica, ao romper com o princípio do art. 196, que prevê que o acesso à saúde é direito de todos e dever do Estado, mediante políticas econômicas e sociais.

a união dos diversos movimentos sociais em defesa do SUS é unanimidade entre aqueles que participam da Frente. *“Eu acho que essa é a principal vitória por enquanto: reunir todos os movimentos de São Paulo por um único projeto, que é o SUS”, reconhece Erivalder. “A maior conquista é o existir da Frente”, endossa Fred. “A partir daí, a gente tem mais condições de cumprir aquilo que todo brasileiro reclama e agir contra esse golpe”.*

Para participar da Frente não é necessário estar vinculado a nenhuma entidade ou associação. *“Qualquer cidadão ou cidadã responsável que queira contribuir para esse país e que acredite no seu próximo será bem-vindo e acolhido”, enaltece Fred. As reuniões acontecem quinzenalmente. Para conferir o local do próximo encontro, basta acessar os sites do SIMESP (simesp.com.br) e do Sinfar-SP (sinfar.org.br). ■*

ESTAMOS
DE OLHO

SEUS DIREITOS ESTÃO EM RISCO!



O QUE ESTÁ EM JOGO COM AS REFORMAS PROPOSTAS PELO GOVERNO TEMER?

Aposentadoria aos 65 anos de idade e fim de descanso semanal remunerado, 13º salário, férias, adicional noturno e de insalubridade são apenas algumas das propostas, que deverão tramitar no Congresso em 2017

Desde que assumiu interinamente o governo, em maio, Michel Temer conta com o apoio de uma base aliada articulada para colocar em prática uma série de reformas para alavancar a economia e beneficiar os grandes empresários do país. Após a decisão do impeachment, em agosto, a forte onda conservadora e neoliberalista ganhou corpo – e está prestes a atingir os trabalhadores.

Em seu primeiro pronunciamento após a posse como presidente da República, Temer afirmou que a reforma da Previdência é necessária para garantir o pagamento das aposentadorias. *“Sem reforma, em poucos anos o governo não terá como pagar os aposentados”*, ressaltou em cadeia nacional de rádio e TV. No mesmo pronunciamento, o peemedebista alegou que é necessário *“modernizar”* a legislação trabalhista para garantir os atuais postos de emprego e gerar novos.

Ainda em agosto, Temer e seus ministros anunciaram que as reformas, tanto trabalhista quanto da Previdência, já estavam sendo formuladas e iriam para análise do Congresso antes do fim de 2016. Porém, em setembro, o governo voltou atrás e afirmou que os projetos de mudança irão tramitar apenas em 2017. As propostas devem entrar em pauta logo após a aprovação da PEC 241 (atual PEC 55, pelo Senado), que prevê a limitação dos gastos públicos durante os próximos 20 anos e que irão afetar, principalmente, a educação, a saúde, a previdência e a assistência social.

Diante deste cenário, movimentos sindicais e sociais, especialistas em Direito do Trabalho e da Previdência se mobilizam junto à população para tentar conter estes retrocessos. *“Entendemos que as propostas de reforma da Previdência, trabalhista e a regulamentação da terceirização são coincidentes com os postulados do documento do PMDB, conhecido como ‘Ponte para o Futuro’, que atende os interesses do mercado, especialmente o financeiro, em detrimento do interesse nacional, dos trabalhadores, aposentados, pensionistas e dos mais pobres do país”*, afirma Alysso Alves, jornalista e assessor do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP).

Para Guilherme Feliciano, vice-presidente da Associação de Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), que atua na 1ª Vara do Trabalho de Taubaté e é professor da Universidade de São Paulo (USP), a reforma trabalhista não parece adequada, uma vez que a própria dimensão de proteção do direito do trabalho surgiu para que a lei estabelecesse pontos considerados mínimos civilizados quanto aos direitos sociais e de trabalho. Enquanto isso, a negociação serviria, basicamente, para que novos parâmetros fossem construídos, acima desses mínimos. *“Da maneira como se pretende instalar essa reforma, é no sentido contrário”*, alega Feliciano. *“De todo modo, a preocupação que nós sempre temos é com a manutenção dos direitos sociais como estão hoje”*, afirma.

“Em relação à reforma da previdência, por exemplo, a informação que nós temos coletado, inclusive da imprensa, é de que, certamente, será uma reforma com propósitos, sobretudo, fiscais, esquecendo a dimensão social da Previdência Social”,

Guilherme Feliciano, vice-presidente da Associação de Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra).

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

- **Idade mínima para aposentadoria sobe para 65 anos, tanto para servidores públicos, como para trabalhadores da iniciativa privada;**
- **Nova regra, caso seja aprovada pelo Congresso, só será válida para quem tem menos de 50 anos;**
- **Para aqueles com mais de 50 anos, continua válido o regime atual, porém com o pagamento de um “pedágio”, de acordo com o tempo que falta para a aposentadoria;**
- **No caso de mulheres e professores, o tratamento para o “pedágio” será diferenciado: a idade de transição seria 45 anos, e não 50. A justificativa, de acordo com a proposta, é que o tempo de contribuição teria peso para o valor do benefício;**
- **O piso da idade irá aumentar à medida em que o tempo médio de sobrevivência do brasileiro subir também;**
- **Outro ponto previsto no projeto é a elevação do período mínimo de contribuição, que hoje é de 15 anos. Avalia-se a hipótese de aumentar a contribuição mínima para 25 anos e, para que o trabalhador tenha acesso ao benefício integral, será necessário contribuir durante 50 anos.**



ÂNCORA SOCIAL

Alves ressalta que com a reforma da Previdência os reflexos sobre o patrimônio público, o interesse nacional, os trabalhadores, servidores e serviços públicos trarão prejuízos inestimáveis. *“A Previdência Social é o maior programa de redistribuição de renda existente no país”*, explica. *“Ela reduz as desigualdades sociais, corrige as injustiças ao garantir a cidadania, impulsiona as economias locais e evita o êxodo rural. É, enfim, a verdadeira âncora social do Brasil, como nos ensina Álvaro Sólón de França, auditor fiscal da Receita Federal do Brasil”*, conclui o representante do DIAP. A Anamatra também tem restrições quanto ao que se anuncia em relação ao tema. *“A informação que nós temos coletado, inclusive da imprensa, é de que, certamente, será uma reforma com propósitos, sobretudo, fiscais, esquecendo a dimensão social da Previdência Social”*, reconhece Feliciano.

O grande desafio, atualmente, é desvendar o mito de que a Previdência no Brasil esteja defasada. Inspirada no modelo adotado por alguns países europeus, a Constituição de 1988 estabeleceu que a Previdência deve ser financiada da seguinte forma: 50% pelo Estado, cerca de 30% pelo empregador e mais cerca de 20% pelo trabalhador. *“Só que o que acontece é que desde 1989 o Ministério da Previdência não computa a parte do governo”*, explica o professor Eduardo Fagnani, do Instituto de Economia da Universidade Estadual de

Campinas (Unicamp). *“Ele só computa como fontes da previdência a parte do trabalhador e do empregador”*. De acordo com ele, o déficit da Previdência é a parte do governo que não é contabilizada desde então. *“Isso contraria os artigos 194 e 195 da Constituição, sendo absolutamente inconstitucional”*, alega.

Ainda de acordo com o professor, hoje a Previdência proporciona cerca de 30 milhões de renda-benefícios, sendo 20 milhões de benefícios urbanos e 10 milhões de benefícios rurais. *“Se você pensar que uma família de aposentados tem mais duas pessoas, são 90 milhões de pessoas beneficiadas. Se essa família tiver, além do aposentado, mais três pessoas, são 120 milhões de pessoas beneficiadas”*, elucida Fagnani. Com isso, a Previdência distribui renda e, direta e indiretamente, protege mais da metade da população brasileira.

O professor reconhece que este fato não interessa ao capital financeiro e aos detentores da riqueza. *“Quando você faz uma reforma que é muito restritiva, certamente vai comprometer e criar desigualdade de renda e as pessoas terão menos dinheiro disponível. Isso vai afetar o consumo e a possibilidade de crescimento da economia”*, justifica Fagnani.

MOMENTO É DE MOBILIZAÇÃO E LUTA

É unanimidade entre os especialistas que o momento é de alerta e mobilização, necessárias tanto entre o movimento sindical e sociedade. O assessor do DIAP, Alysson Alves, defende que só com grandes campanhas de esclarecimento sobre o que significam essas reformas e muita mobilização e pressão será possível fazer um enfrentamento minimamente vitorioso. *“Senão com a rejeição de todas essas propostas, pelo menos com uma drástica redução de seu escopo”*, afirma. Feliciano concorda com essa ideia: *“muitas vezes, o que se percebe é que não há uma mobilização clara, especialmente no contexto do parlamento”*.

Alysson argumenta que será necessário um esforço adicional por parte de dirigentes sindicais e sociedade civil organizada para qualificar a capacidade de formulação de propostas alternativas para confrontar essas medidas. *“A qualificação pressupõe capacidade argumentativa para demonstrar a justiça, a necessidade, a oportunidade e a conveniência de manter ou ampliar determinadas conquistas ou direitos”*, conclui Alves. Fagnani ressalta o papel do trabalhador para que essas propostas não avancem. *“É importantíssimo, né? Porque, primeiro, é essa classe que vai ser afetada e, em segundo, é ela que tem a capacidade de mobilização”*, defende o professor da Unicamp.

REFORMA TRABALHISTA

Atualmente, o artigo 7º da Constituição Federal prevê, entre outros pontos:

- Seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário;
- Fundo de garantia por tempo de serviço;
- Salário mínimo fixado em lei e nacionalmente unificado;
- Piso salarial proporcional à extensão e complexibilidade do trabalho;
- 13º salário;
- Irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo;
- Adicional noturno;
- Participação nos lucros e resultados da empresa;
- Repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos;
- Férias remuneradas;
- Licença-maternidade de 120 dias;
- Hora-extra de 50%;
- Aviso-prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo 30 dias o mínimo a ser cumprido.

A proposta atual reforça a ideia de que o negociado nos acordos coletivos prevaleça sobre o legislado. Ou seja, nos casos em que a Constituição não limite um benefício ao trabalhador, irá prevalecer o que ficou acertado no acordo coletivo. Com isso, direitos como os apontados a seguir poderão ser negociados na convenção e nos acordos coletivos.

- Férias;
- 13º salário;
- Adicional noturno;
- Adicional de insalubridade;
- Salário-mínimo;
- Licença-paternidade;
- Auxílio-creche;
- Descanso semanal remunerado;
- FGTS. ■

Com informações da Constituição Federal de 1988 e O Globo



MÃES FARMACÊUTICAS TÊM DIREITOS EXCLUSIVOS GARANTIDOS NA CLT E NAS CONVENÇÕES COLETIVAS

Tanto a Consolidação das Leis do Trabalho quanto as Convenções Coletivas de Trabalho propõem uma série de direitos às mães trabalhadoras. É importante ficar atento aos direitos que já foram adquiridos e procurar o departamento jurídico do

Sinfar-SP caso eles não sejam cumpridos. Além disso, o conhecimento destes pontos auxilia na mobilização da categoria junto ao sindicato para buscar a ampliação destes direitos.

Licença-maternidade



A licença maternidade varia entre 120 e 180 dias. Atualmente, os 180 dias são válidos caso a empresa participe do programa Empresa Cidadã, do Governo Federal, ou quando estabelecido em Convenção Coletiva. Em geral, as farmacêuticas gozam de 120 dias de licença-maternidade. Na Convenção Coletiva da Indústria, o benefício de 180 dias está previsto para empresas com mais de 150 empregados, mediante cadastro no Programa Empresa Cidadã. Farmacêuticas seguradas da Previdência têm direito a receber sua remuneração em forma de salário-maternidade, seja por parto ou por adoção. Os pedidos de salário-maternidade devem ser solicitados na empresa 28 dias antes do parto.

Estabilidade



De acordo com a CLT, a trabalhadora grávida não pode ser demitida desde a confirmação da gravidez até os cinco meses após o parto. Outro ponto da CLT assegura a transferência de função da trabalhadora quando as condições de saúde exigirem. Além disso, também é garantida a retomada à função na volta ao trabalho. As Convenções Coletivas preveem estabilidade de até 60 dias após o retorno do período de licença-maternidade. Caso seja dispensada, a profissional deverá avisar o empregador de seu estado de gestação e comprová-lo dentro do prazo de 60 dias, a partir da notificação de dispensa. Em casos de gestação atípica, não revelada, esse prazo estende-se por 120 dias, também devendo ser comprovada por atestado médico.

Ausência justificada durante o pré-natal



Esse é um direito assegurado pela CLT. A gestante pode se ausentar durante o período de trabalho para a realização de exames e consultas médicas, sem que haja desconto de seu salário. Isso, claro, mediante justificativa ou declaração médica, que deve ser entregue ao departamento responsável na empresa.

Auxílio-creche



Trata-se de um benefício previsto na Convenção Coletiva de Trabalho, cujo valor varia conforme a área de atuação da farmacêutica. O benefício é válido a partir do retorno da licença-maternidade até a criança completar 12 meses de idade. Para farmacêuticas que atuam em hospitais, hospitais filantrópicos, Santas Casas, clínicas laboratoriais, Casas de Saúde, laboratórios de pesquisas e análises clínicas, o benefício é concedido até a criança completar seis anos de idade, no valor de 5% do piso salarial da categoria. O coordenador jurídico do Sinfar-SP, Fabio Angelini, alerta para os casos de não recebimento do auxílio-creche. *“Se a mãe não receber o valor até a criança já ter completado um ano, ela pode ajuizar uma ação e pedir o valor retroativo, estabelecida em tabela da Justiça do Trabalho, com correção de juros de 1% ao mês”, afirma o advogado.*

Dispensa para acompanhar o filho ao médico, sem desconto salarial



A Convenção Coletiva de Trabalho para farmacêuticas da indústria prevê até 16 horas por ano sem desconto salarial para acompanhar filho ou menores de idade sob sua guarda em exames clínicos, desde que coincida com o horário de trabalho e que exija acompanhante. Além disso, prevê também um dia para alta médica e até dois dias sem desconto salarial para internação de filho até 18 anos de idade ou menor sob sua guarda.

No caso de farmacêuticas do comércio atacadista e varejista, são concedidos dois dias por mês sem desconto de sua remuneração para acompanharem filhos menores de 14 anos de idade ou portadores de necessidades especiais em suas consultas médicas. O abono é liberado mediante apresentação do atestado médico.

Amamentação



A Convenção Coletiva de Trabalho prevê até duas horas diárias de intervalo para que as farmacêuticas possam amamentar seus filhos até que eles completem seis meses de idade. Esse intervalo pode ser dividido em dois ou não, sem qualquer prejuízo à profissional.

Fornecimento de fraldas, leite e medicamentos a preço de custo



Farmacêuticos do comércio varejista e atacadista têm direito a alguns produtos pelo preço de fábrica, entre eles: uma lata de leite em pó (400g) por semana, para cada filho com até três anos de idade, nas marcas comercializadas pela empresa e medicamentos existentes no estabelecimento, mediante apresentação da respectiva receita médica. Estes produtos poderão ser descontados diretamente da folha de pagamento do funcionário.

Para farmacêuticos da indústria, as empresas subsidiarão o acesso aos medicamentos de venda sob prescrição médica e mediante apresentação da receita médica, dividido em faixas de acordo com os salários dos empregados. O restante do valor deverá ser descontado da folha de pagamento do trabalhador. Além disso, é fixado um limite de 30% do salário nominal + adicionais fixos para a compra de medicamentos.

A Convenção Coletiva prevê, ainda, condições para auxiliar pais com filhos portadores de necessidades especiais. Além disso, os direitos são garantidos tanto em casos de filhos por parto quanto em casos de adoção. Para mais informações, acesse sua Convenção Coletiva em sinfar.org.br ■

[Com informações de \[previdencia.org.br\]\(http://previdencia.org.br\)](http://Com informaçoes de previdencia.org.br)

FARMACÊUTICO E ACUPUNTURISTA, HUGO PAINO DE OLIVEIRA É MOVIDO PELA GRATIDÃO DOS PACIENTES: “NÃO TEM VALOR QUE PAGUE ISSO”

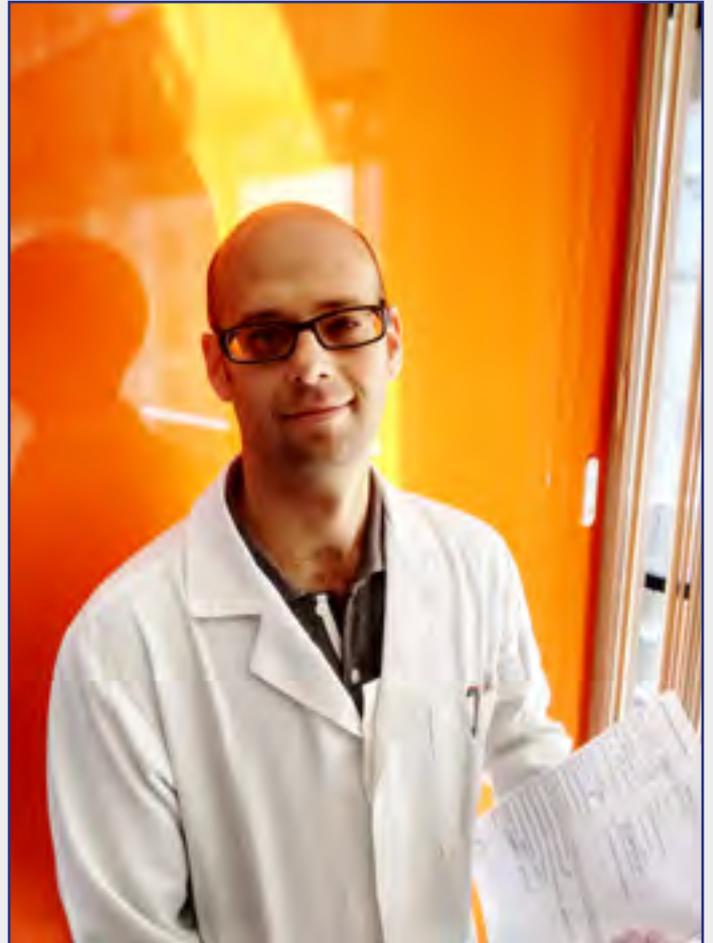
Hugo Paino de Oliveira tem 33 anos e é formado há oito em Farmácia pela Universidade Paulista (UNIP). Com pós-graduação em Acupuntura pelo Centro de Estudos de Terapias Naturais (CETN), divide-se entre o atendimento nos balcões das drogarias e as sessões de acupuntura. Antes disso, passou por laboratórios de análises clínicas, farmácia de manipulação, farmácia hospitalar e distribuidora de medicamentos.

Durante as manhãs, Hugo atende seus pacientes com acupuntura no consultório na Vila Mascote, zona sul de São Paulo. À tarde, atua como farmacêutico em uma drogaria, realizando serviços como o atendimento tradicional ao público, aplicação de injetáveis, assinatura e lançamento de receitas e notas fiscais. Além disso, neste ano, Hugo participou da Comissão Eleitoral do Sinfar-SP.

Seu interesse surgiu, sobretudo, na vontade de querer ajudar as pessoas e promover a saúde e o bem-estar delas, começando dentro de casa. *“Na verdade, eu perdi meu pai muito cedo devido a um câncer no intestino e, de lá para cá, essa foi uma das minhas maiores motivações para fazer farmácia”,* reflete Hugo. *“Um dos meus maiores sonhos é buscar a cura para o câncer”.* Por uma série de razões, infelizmente, esse sonho não foi realizado. Mas Hugo encontrou um jeito de contribuir para a prevenção e alívio dos sintomas da doença por meio da acupuntura. *“Ao estimular os pontos, explico para a pessoa o que e como deve ser feito para garantir o seu bem-estar e sua qualidade de vida”.*

Outro meio de auxiliar as pessoas é com a assistência farmacêutica. Com ela, sente-se gratificado ao ouvir um singelo ‘muito obrigado’. *“Quando eles falam que a minha orientação em relação ao medicamento, por exemplo, apresentou um resultado satisfatório é a melhor coisa que existe, não tem valor que pague isso”,* afirma.

A acupuntura surgiu na vida de Hugo a partir de sua própria experiência com a técnica. Ele sofreu um derrame cerebral aos oito anos de idade e, por isso, fazia o tratamento com medicamentos controlados há mais de 15 anos, direto. *“Um belo dia, cheguei em casa e disse para a minha esposa que iria começar a fazer um ‘autotratamento’ com a acupuntura”.* Ao mesmo tempo, sua mulher também realizou o tratamento para enxaqueca. *“E deu certo”.* Apesar das duas atividades relacionarem-se à saúde, as semelhanças param por aí. *“Infelizmente, na medicina tradicional, o tratamento é cartesiano, ou seja, local”,* compara. *“A acupuntura é um mundo totalmente diferente, no qual conseguimos trabalhar todo o sistema do corpo”.* Para ele, é muito raro



“A cada dia que passa, nós temos sempre coisas novas que vão desde os desafios no atendimento no balcão até o desenvolvimento de novos medicamentos”, afirma Hugo Paino de Oliveira

surgirem quaisquer ligações e alerta: “o farmacêutico deve ficar atento à assistência farmacêutica no que se refere ao ser humano”.

Para Hugo, cabe ao farmacêutico correr atrás do conhecimento e não ficar estagnado. *“Não basta só fazer faculdade e encarar o mundo, o mercado está muito exigente”.* Seu principal desafio é em relação ao dia a dia da profissão. *“Trata-se de querer aprender mais, tirar as dúvidas das pessoas”,* explica. ■



CAMPANHA SALARIAL 2016

**GARANTE REAJUSTE SALARIAL DE ACORDO COM A INFLAÇÃO
PARA A MAIORIA DA CATEGORIA**

Ainda não foram fechadas as negociações com o SINDHOSP, SINDHOSFIL São Paulo, SINDHOSFIL Ribeirão Preto e SINDHOSFIL Vale do Paraíba

O ano de 2016 foi de muita luta para os trabalhadores de todo o país, e não poderia deixar de ser diferente para os farmacêuticos. Após 29 assembleias, entre cidades do interior e capital, o Sinfar-SP firmou, no início de setembro, a negociação coletiva com os sindicatos patronais SINCOFARMA-SP e SINCAMESP, que atendem empresas do comércio varejista e atacadista de São Paulo, com exceção das cidades de Ribeirão Preto, Osasco e região e Grande ABCD. Para os farmacêuticos destas últimas cidades citadas, a negociação foi firmada entre setembro e outubro.

Elas foram marcadas pela resistência dos patrões, diante do cenário de crise política e econômica que assola o país, apesar de não afetar diretamente o setor de farmácias e drogarias. A falta de apoio da base, como a baixa adesão às assembleias e mobilização, também interferem, dificultando a pressão sobre o patronal. *“Um dos problemas principais que nós elencamos é a ausência da categoria e a dificuldade de estabelecer um debate mais amplo junto à base”,* afirma Glicério Diniz Maia, presidente do Sinfar-SP. *“Ainda existe esse receio da participação dos colegas dentro do movimento sindical”.*

*“Apesar do cenário difícil, a categoria manteve seus benefícios”,
ressalta Glicério.*

Ainda assim, a conquista do reajuste salarial e demais cláusulas econômicas pelo INPC é positiva para a categoria. *“Apesar do cenário difícil, a categoria manteve seus benefícios”.* Isso significa, na prática, que não houve perda para o trabalhador, ainda que não tenha sido obtido o aumento salarial real.

Para tentar driblar as dificuldades durante as negociações, o Sinfar-SP planeja ações específicas com a categoria, diretamente nas grandes redes, por meio de acordos coletivos. *“Nós temos aí um cenário, principalmente no varejo, que é o que acaba tendo mais foco, no qual cada caso é um caso e deve ser*

analisado particularmente”, explica o presidente do Sinfar-SP. Para isso, é fundamental observar as diferentes necessidades dos trabalhadores em cada empresa. Nestes casos, a comunicação com os farmacêuticos é essencial. *“É preciso que a categoria nos passe essas informações para que a gente planeje uma força tarefa e busque uma estratégia, para que possamos fazer uma negociação diretamente nas bases”.*

SINDHOSFIL e SINDHOSP

Também com dificuldades ao longo das negociações, apenas as convenções coletivas de trabalho com o SINDHOSFIL de Santos e de Presidente Prudente foram firmadas até o fechamento desta edição (*). Nestes casos, foram estabelecidos reajustes salariais pelo INPC, sem o parcelamento de pagamento. Em Santos, além disso, também foi conquistada a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais.

SINDHOSP, SINDHOSFIL São Paulo, SINDHOSFIL Vale do Paraíba e SINDHOSFIL Ribeirão Preto apresentaram propostas abaixo da inflação e de forma parcelada, o que traria perda de poder econômico para os trabalhadores. *“A dificuldade nesse setor é que eles alegam que por serem entidades filantrópicas, elas não afezem lucro, o que a gente sabe que não é verdade, pois nos hospitais filantrópicos também estão as OSS, que é uma atividade lucrativa e eles se escondem atrás da situação das Santas Casas para negarem o reajuste salarial”*, afirma Fabio Angelini, coordenador jurídico do Sinfar-SP.

Na última assembleia hospitalar, realizada em 13 de outubro na sede do Sinfar-SP, os participantes decidiram que o sindicato tem o poder de aceitar qualquer proposta sem convocar uma nova assembleia, desde que ela contemple o reajuste salarial pelo INPC à vista.

(*) 25/11/2016

CONFIRA OS REAJUSTES DE ACORDO COM CADA CONVENÇÃO COLETIVA

SINCOFARMA-SP (exceto Ribeirão Preto, Osasco e Grande ABCD)	
REAJUSTE SALARIAL	9,49%
PISO SALARIAL	R\$ 2.945,00
AUXÍLIO-CRECHE	R\$ 215,00
VALE-REFEIÇÃO AOS SÁBADOS, DOMINGOS E FERIADOS	R\$ 23,00

SINCOFARMA RIBEIRÃO PRETO	
REAJUSTE SALARIAL	9,49%
PISO SALARIAL	R\$ 2.945,00
AUXÍLIO-CRECHE	R\$ 130,87
VALE-REFEIÇÃO DIÁRIO	R\$ 17,73

SINCOFARMA GRANDE ABCD	
REAJUSTE SALARIAL	9,49%
PISO SALARIAL	R\$ 3.790,00
AUXÍLIO-CRECHE	R\$ 142,33
VALE-REFEIÇÃO DIÁRIO	R\$ 15,33

SINCOFARMA OSASCO E REGIÃO	
REAJUSTE SALARIAL	9,49%
PISO SALARIAL	R\$ 2.945,00
AUXÍLIO-CRECHE	R\$ 215,00
VALE-REFEIÇÃO AOS SÁBADOS, DOMINGOS E FERIADOS	R\$ 23,00

SINDHOSFIL PRESIDENTE PRUDENTE	
REAJUSTE SALARIAL	9,62%
PISO SALARIAL	R\$ 2.028,37
AUXÍLIO-CRECHE	R\$ 107,42

SINDHOSFIL SANTOS	
REAJUSTE SALARIAL	9,62%
PISO SALARIAL	R\$ 2.043,00
AUXÍLIO-CRECHE	R\$ 275,00
JORNADA DE TRABALHO	40 horas semanais

DIRETOR REGIONAL DO SINFAR-SP, JORGE BARBEDO DE ALMEIDA É HOMENAGEADO EM PIRACICABA



Farmacêutico exalta colegas que também participaram da cerimônia: “Minha maior emoção foi perceber as pessoas que estavam ao meu lado”

Jorge Barbedo de Almeida é diretor regional de Piracicaba, formado há 17 anos pela Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP) e atua há 25 anos em drogarias. No dia 14 de setembro, o diretor do Sinfar-SP foi homenageado na Câmara dos Vereadores de Piracicaba em comemoração ao Dia Internacional do Farmacêutico.

“O remédio pode ser uma palavra, enquanto o medicamento é aquele que vai proporcionar a alteração química no organismo. Às vezes, o melhor remédio é só conversar mesmo”.

Hoje, ao lado da esposa, Jorge toca o próprio negócio. Enquanto ela administra o estabelecimento, ele fica à frente do atendimento. Para o farmacêutico, os balcões surgiram de uma forma natural em sua carreira. *“Eu comecei a trabalhar em farmácia como balconista e ali descobri, entendi, aprendi e conheci mais sobre esse universo e, de forma natural, migrei para a faculdade de farmácia”,* explica. *“É o que eu gosto, eu queria trabalhar com a população”.* Para Jorge, um bom atendimento está no detalhe. *“Às vezes, ensinamos as pessoas a lavarem as mãos, e isso faz a diferença”.* Com riso fácil e coração grande, Jorge se emociona ao falar que nem sempre o que a pessoa precisa é um medicamento em si. *“O remédio pode ser uma palavra, enquanto o medicamento é aquele que vai proporcionar a alteração química no organismo”,* defende. *“E, às vezes, o melhor remédio é só conversar mesmo”.*

Jorge ressalta que, ao conversar com um paciente, o farmacêutico pode abrir diversas opções e dar a ele uma resposta que, sozinha, a pessoa pode não conseguir. *“Algumas vezes, as próprias famílias não dão atenção suficiente ou não entendem que aquele probleminha, com o qual a pessoa parece ser chata dentro de casa, pode ser resolvido com um bom bate-papo. E é isso o que a gente faz”.*

ALÉM DOS BALCÕES

As experiências profissionais não se limitaram aos balcões. *“Eu também trabalhei em farmácia hospitalar, laboratório de análises clínicas, farmácia de manipulação e fui comprador de insumos farmacêuticos, tudo antes de me formar”.* Em uma época, chegou a trabalhar de segunda a segunda. *“Durante a semana eu trabalhava em laboratório de análises clínicas e aos sábados e domingos eu pegava plantões em duas áreas: em um final de semana trabalhava em um banco de sangue, no outro era na farmácia do hospital”.*

Com o tempo, Jorge diz que as propostas de trabalho foram melhorando e, após um período atuando em farmácia hospitalar, ele finalmente chegou ao balcão.

A proximidade com o Sinfar-SP veio a partir de um convite de outra colega, que fazia parte da diretoria regional na época. *“Numa reunião, ela foi conversando com a gente e, então, nós começamos a conhecer o sindicato e as outras entidades com mais profundidade: o que cada uma exerce, como cada uma trabalha e como cada uma pode melhorar a qualidade de vida do trabalhador”.* Para ele, o papel do diretor regional vai além de fazer o trabalho político, é necessário desenvolver ações de defesa do trabalhador. *“E o diretor regional tem que fazer essa ponta de lança entre a sede e a filial, pois é nessa hora que a gente consegue chegar junto do colega para que ele entenda o que está acontecendo, se há alguma lesão aos seus direitos e se reunir com o farmacêutico na base”.*

Jorge ressalta que esse trabalho interfere no atendimento ao paciente. *“Um colega bem informado, ciente dos seus direitos, vai trabalhar com mais paz”.* Em sua farmácia, dá o exemplo na prática. *“Levo o material do sindicato e exponho o que tem sido feito para minha colega farmacêutica saber como ela pode e deve trabalhar”.* ■

PERGUNTE AO SINFAR-SP

O QUE É E PARA QUE SERVE A CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL?

A Contribuição Assistencial está prevista na alínea “e” do artigo 513 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Sua cobrança é aprovada em assembleia geral extraordinária e fixada em convenção ou acordo coletivo de trabalho. Este tipo de contribuição é destinado aos gastos do Sindicato com a Campanha Salarial, como aqueles despendidos com materiais de divulgação, deslocamento dos representantes até os locais das assembleias, eventuais locações das salas para sua realização, entre outros.

A cobrança não é obrigatória, exceto para farmacêuticos sindicalizados. Todo farmacêutico pode se opor a essa contribuição, desde que feita dentro do prazo estabelecido pela Convenção Coletiva de Trabalho. No entanto, ao se opor à Convenção, o farmacêutico não reconhece os avanços obtidos durante a campanha e enfraquece a luta de sua própria categoria. *“O que nós estamos procurando é ampliar e melhorar nossa estrutura na sede, bem como os serviços prestados e fazer com que a categoria entenda que, com todos os problemas que passamos, pior ainda seria sem o Sindicato na manutenção desses direitos e conquistas”*, afirma Glicério Diniz Maia, presidente do Sinfar-SP.



Por isso, fique atento! Procure saber o que o Sinfar-SP tem feito por você, farmacêutico, e confira os avanços obtidos anualmente durante a Campanha Salarial. Participe das ações do seu sindicato e fortaleça ainda mais a luta da categoria pela manutenção e ampliação de direitos. ■





ELEIÇÃO 2016 NO SINFAR-SP

REELEGE ATUAL DIRETORIA

Com chapa única, atual diretoria renova parceria com a maioria dos membros

No dia três de outubro, o Sinfar-SP realizou as eleições para sua próxima gestão (2017/2020). De acordo com o Regimento Eleitoral e Estatuto Social do Sinfar-SP, o direito ao voto é assegurado ao farmacêutico que se associou ao sindicato até o dia três de outubro de 2015 e que está em dia com a contribuição sindical e com a anuidade de sócio. Os farmacêuticos associados puderam participar da eleição em uma cabine na sede do Sinfar-SP ou ao enviarem seus votos pelos Correios, com a cédula de votação que foi encaminhada para aqueles que estavam em situação regular no sindicato.

Nesta eleição, houve o registro de apenas uma chapa, que mantém a diretoria atual, mas que contará também com novos integrantes. Foram apurados 309 votos, sendo 25 deles na sessão eleitoral de São Paulo (na sede do Sinfar-SP) e 284 por correspondência. Destes, 295 votaram pela permanência da Chapa Um, além de 9 votos em branco e 5 nulos. Glicério Diniz Maia, presidente do Sinfar-SP, ressalta que ainda que apenas uma chapa tenha sido registrada, houve um aumento no número de votos computados nesta eleição. *“O que, de alguma forma, mostra que há um interesse em participar do processo eleitoral”*, afirma Maia.

Para Glicério, a manutenção da chapa para o próximo triênio possibilita a continuidade dos projetos da diretoria, que se empenha na valorização profissional por meio de estratégias que visam esclarecer os farmacêuticos acerca de seus direitos, uma maior mobilização diante do acompanhamento de leis e medidas que possam vir a prejudicar os trabalhadores, a ampliação dos serviços do Clube Assistencial dos Farmacêuticos (CASF-SP) e de novos projetos assistenciais que beneficiam farmacêuticos e seus familiares. *“Com a experiência obtida nos últimos três anos, a preocupação*

“Com a experiência obtida nos últimos três anos, a preocupação é em relação ao que se desenha pela frente, com projetos de lei e PEC’s que retrocedem no cenário trabalhista”, afirma Glicério.

é em relação ao que se desenha pela frente, nesse cenário de um governo ilegítimo, que de alguma forma, está avançando com projetos de lei e PEC’s que retrocedem no cenário trabalhista. O que a gente vê é uma situação de enfrentamento para mantermos os direitos e conquistas obtidas nas Convenções Coletivas, mais, até, do que os avanços que propo-

mos”, ressalta o presidente do Sinfar-SP.

COMISSÕES TEM PAPEL FUNDAMENTAL NO PROCESSO ELEITORAL

“O processo eleitoral no Sinfar-SP é marcado pela

CONFIRA A COMPOSIÇÃO DA NOVA GESTÃO 2017/2019

Glicério Diniz Maia – **Presidente**
 Paulo Pais dos Santos – **Vice - Presidente**
 Renata Tereza Gonçalves Pereira – **Secretária - Geral**
 Marcio Antonio da Fonseca e Silva – **Primeiro Secretário**
 Paulo José Teixeira – **Tesoureiro**
 Rogério Gomes da Silveira – **Primeiro Tesoureiro**
 Priscila Vautier – **Imprensa e Comunicação**
 Deodato Rodrigues Alves – **Assuntos Jurídicos**
 Mariam Salim Mohamad – **Assistencial**
 Fabio Cristiano Garcia – **Saúde do Trabalhador**
 Ana Cláudia Silva Navarro – **Questões da Mulher Farmacêutica**
 Gilda Almeida de Souza – **Formação Sindical**
 Roberto Carlos Garcia – **Assuntos Institucionais e Organização do Interior**

REPRESENTANTES JUNTO À FEDERAÇÃO NACIONAL DOS FARMACÊUTICOS

Glicério Diniz Maia – **Titular**
 Renata Tereza Gonçalves Pereira – **Suplente**

SUPLENTES DE DIRETORIA

Gustavo Lemos Guerra – **Primeiro Suplente**
 Bruno Fernandes Baltazar de Oliveira – **Segundo Suplente**
 Maria Antonia Garcia – **Terceira Suplente**
 Hugo de Alencar Izabel – **Quarto Suplente**
 Tais Raicher Racciato – **Quinto Suplente**
 Valdelici dos Santos Coelho – **Sexta Suplente**
 Francismar Vicente da Costa – **Sétima Suplente**

DIRETORES REGIONAIS

Jorge Barbedo de Almeida – **Diretor Regional de Piracicaba**
 Carla Alves da Silva Carmanham – **Diretor Regional de Ribeirão Preto**
 Cassiano Waldanski dos Santos – **Diretor Regional de Santos**
 Aurélio Nardes dos Santos – **Diretor Regional de Sorocaba**
 Márcia Cristiane Cervantes – **Diretor Regional de Bauru**
 Alessandra Mara Zanin – **Diretor Regional de Bauru**
 Ely Eduardo Saranz Camargo – **Diretor Regional de São José do Rio Preto**

MEMBROS DO CONSELHO FISCAL

Roberto Pellegrini – **Membro Titular do Conselho Fiscal**
 Arnaldo Trafani – **Membro Titular do Conselho Fiscal**
 Marcel Pereira dos Santos – **Membro Titular do Conselho Fiscal**
 Amouni Mohmoud Mourad – **Membro Suplente do Conselho Fiscal**
 Paula Pais dos Santos – **Membro Suplente do Conselho Fiscal**
 Rogério Antônio de Freitas Bichiaron – **Membro Suplente do Conselho Fiscal**

os. Saiba quem são os novos rostos que passam a fazer parte da nova gestão

transparência e não intervenção da diretoria ao longo dele”, explica Fabio Angelini, coordenador jurídico do sindicato. Inicialmente, é lançado um edital, convocando as eleições e estabelecendo prazos para a inscrição das chapas, a data e a forma de eleição. Na sequência, outro edital é lançado, convocando os sócios para a assembleia que elege a Comissão Eleitoral. “Essa comissão foi eleita e participou ativamente do processo”, afirma Angelini. “Cabe a ela homologar os candidatos e verificar as questões pendentes, como falta de documentos e pendências nos pagamentos das contribuições”.

Além disso, a Comissão Eleitoral indica os farmacêuticos e estudantes de farmácia que irão compor a Comissão de Apuração. Fabio explica que, na eleição, a maioria dos votos foi por correspondência. “Esses votos têm seu sigilo resguardado.”, ressalta. “O farmacêutico recebe um envelope para o voto, a comissão de apuração recebe esse voto, abre, deposita o voto na urna sem identificar o eleitor e só depois a apuração é feita”.

A aproximação dos farmacêuticos que compuseram as comissões eleitoral e de apuração com o Sinfar-SP contribuiu para a mudança de visão que muitos deles têm do sindicato. “Deu pra conhecer bastante os trabalhos de cada um no Sinfar-SP e como é que funciona, é bem interessante”, afirma Hugo Paino de Oliveira, farmacêutico e acupunturista que integrou a Comissão Eleitoral. “Antes, eu achava que sindicato servia pra fazer greve e

‘oba, oba’, mas não é isso: o sindicato tem muitas coisas a mais e fazer greve é o extremo da coisa”.

Para Karen Schiezari, farmacêutica há quase 10 anos, o trabalho desenvolvido na Comissão Eleitoral ampliou seus conhecimentos não só para a questão da eleição, mas também sobre as atividades exercidas pelo Sinfar-SP de um modo geral. “O sindicato é um entidade estabelecida por lei que se faz necessária no ambiente de trabalho. Você ser associado e ter respaldo ajuda em questões relacionadas ao trabalhador, além de trazer uma segurança jurídica muito grande”. A farmacêutica Aline Cavalcanti dos Prazeres integrou a Comissão de Apuração e se surpreendeu com o trabalho desempenhado pelo Sindicato. “Antes, eu via o Sinfar-SP como um órgão meio distante, mas lá pude ver como é o processo como um todo”, explica.

QUEM PODE PARTICIPAR DO PROCESSO ELEITORAL NO SINFAR-SP?

Pode se eleger e votar, o farmacêutico associado há mais de um ano, desde que esteja em dia com as contribuições sindicais e associativas. Além disso, o profissional não pode ter feito oposição à contribuição assistencial. ■

APÓS DENÚNCIAS CONTRA A ULTRAFARMA, SINFAR-SP ATUA NA MEDIAÇÃO DE CORREÇÃO DAS IRREGULARIDADES

Sinfar-SP já convocou farmacêuticos da rede para assembleia e, no momento, analisa os documentos entregues pela empresa

No início de setembro, o Sinfar-SP recebeu uma notificação do Ministério Público do Trabalho sobre denúncias de que a rede de farmácias Ultrafarma pratica jornadas superiores à legal (44 horas semanais), não permitindo que seus farmacêuticos realizassem sua folga semanal. Tal denúncia foi apurada e confirmada pelo Sinfar-SP, que também verificou que muitos farmacêuticos trabalham até 12 dias consecutivos para folgarem.

Além disso, foram confirmadas denúncias de que a empresa não oferece as condições de trabalho necessárias, como a presença de bancos e o cumprimento de pausas regulares para descanso. O posto de trabalho que serve para a digitação no SNGPC não cumpre com a NR 17, que trata de ergonomia e determina que, na digitação de documentos, deve ser fornecido o suporte adequado com ajuste para proporcionar a boa postura, visualização e operação dos colaboradores em sua atividade.

O departamento jurídico do Sinfar-SP recebeu, ainda, denúncias de desvio de função e assédio moral, além do não cumprimento da cláusula que prevê a instituição de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) da empresa para seus funcionários. Outra denúncia apurada foi a variação e não atualização dos valores de vale-refeição recebido pelos colaboradores. Para farmacêuticos responsáveis técnicos, cuja jornada é de 8 horas diárias e intervalo de uma hora para refeição, o vale-refeição é de R\$ 15,00. Já para os farmacêuticos sem responsabilidade técnica, cuja jornada é de 6 horas diárias e intervalo de 15 minutos para refeição, o vale-refeição é de R\$ 7,00. O Sinfar-SP confirmou que, há tempos, não há reajuste deste valor, ainda que esteja estabelecido pela CCT o reajuste anual, firmado pelos representantes dos trabalhadores e patronais.

O Sinfar-SP solicitou o reajuste, conforme firmado na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), de 9,49%, ou a unificação do valor para R\$ 15,00 para todos os farmacêuticos, sem distinção de cargo, e o reajuste a partir do próximo ano conforme a CCT.

No dia 13 de setembro, o Sinfar-SP recebeu os representantes da Ultrafarma para uma reunião de media-

ção, na qual a rede apresentou os documentos, relatórios e laudos de medicina do trabalho. A representante da empresa declarou que *“a rede alterou sua jornada de trabalho a partir de 1º de setembro de 2016 e que, a partir desta data, todos os farmacêuticos gozarão de uma folga semanal”*. No entanto, de acordo com ela, *“para a implantação da folga semanal, foi alterada a escala de trabalho, extinguindo a folga dobrada”*.

Sobre as condições de trabalho, a empresa apresentou laudos, que ainda estão em análise pelo Sinfar-SP, e declarou que não há irregularidade. Sobre as denúncias de desvio de função, a empresa se defendeu, afirmando que não há relatos sobre isso. Em relação à PLR, a defesa explicou que o modelo adotado é de remuneração dos demais profissionais (não-farmacêuticos) por meio de comissão. Já em relação ao vale-refeição, a Ultrafarma afirmou que não realizará a equiparação, tampouco o reajuste, devido a questões econômicas.

Diante dos fatos, o Sinfar-SP convocou os farmacêuticos da rede para realização de Assembleia Geral Extraordinária, na sede do Sinfar-SP, nos dias 01 e 06 de outubro. Além de confrontar o que foi dito por eles em reunião, os farmacêuticos ficaram a par do longo processo de análise dos documentos que veio a partir de então.

“Ouvimos o maior interessado nesse caso, que é o trabalhador”, afirma Glicério Diniz Maia, presidente do Sinfar-SP. *“Eles estão numa situação de precarização do trabalho e sobrecarga de atividades e de responsabilidades. Por outro lado, também ouvimos o departamento de RH da empresa, que foi intimado pelo sindicato a ajustar algumas condutas relacionadas às denúncias dos trabalhadores da rede”*, explica o presidente do Sinfar-SP. O coordenador jurídico do Sinfar-SP, Fabio Angelini, ressalta que o caso da Ultrafarma não é isolado e que o sindicato buscará as outras empresas para estabelecer um acordo coletivo. *“O Sinfar-SP pretende chamar todas as empresas, principalmente as grandes redes do setor, para estabelecer condições que não tem avançado de forma coletiva, como a consagração do vale-refeição e a fixação de uma PLR justa.”* ■

FICHA DE SÓCIO E ATUALIZAÇÃO CADASTRAL



SYNDICATO DOS
FARMACÊUTICOS
NO ESTADO
DE SÃO PAULO

CRF-SP

INSCRIÇÃO Sinfar-SP

Nome:

Filiação:

RG:

CPF:

Estado Civil:

Endereço:

Número:

Complemento:

Bairro:

Município:

UF:

CEP:

Tel. Residencial: ()

Tel. Comercial: ()

Tel. Celular: ()

Operadora:

Email:

Empresa:

Seção:

Local de Trabalho:

Data de Admissão:

Profissão:

Observações:

_____, ____ de _____ de 20____.

Assinatura



CASF

SINFAR-SP

Clube Assistencial dos Farmacêuticos

CONHEÇA AS VANTAGENS E BENEFÍCIOS
DOS SÓCIOS DO SINFAR-SP

Para acessar a lista completa,
entre no site do CASF-SP e confira:

casfsp.com.br

casfsp@sinfar.org.br | +55 11 3123-0587

ATENÇÃO, ASSOCIADO:

Participe do Evento em **Comemoração aos 70 anos do Sinfar-SP**
Ganhe brindes e concorra ao sorteio de prêmios exclusivos.

Data: 26/03/2017

Local: Espaço Hasbaya – São Paulo, SP

Para mais informações, ligue (11) 3123-0588

